



Serviço Público Federal
Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Amazonas - CREA-AM

DECISÃO DO PLENÁRIO

Reunião: ORDINÁRIA - Nº 7/2022 - Plenário - 25/07/2022 das 18:00 as 23:00

Decisão: 294/2022

Referência: 2640362/2022 - Auto: 51936/2022

Interessado: NOVEL SOLUCOES EM LIMPEZA (R DE OLIVEIRA SANTANA JUNIOR)

DECISÃO

O Plenário do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Amazonas - CREA-AM, no uso de suas atribuições legais, reunido em 25 de julho de 2022, analisando o relato e voto fundamentado do(a) conselheiro(a) Wagner Ornellas Da Silva Corrêa Lopes, objeto de solicitação de processo fiscal-relatório fiscal Novel Solucoes Em Limpeza (r De Oliveira Santana Junior), Considerando a Res. 1.008/04 do CONFEA, que dispõe sobre os procedimentos para instauração, instrução e julgamento dos processos de infração e aplicação de penalidades; Considerando que os agentes de fiscalização dos Conselhos de Fiscalização Profissional gozam de fé pública; Considerando o art. 73 da Lei nº. 5.194/66, que estipula as multas a serem aplicadas às pessoas físicas (profissionais e leigos) e às pessoas jurídicas que incorrerem em infração a legislação profissional, de acordo com a gravidade da falta cometida; Considerando a Resolução nº 1.066, de 25 de setembro de 2015, que fixa os critérios para cobrança das anuidades, serviços e multas a serem pagos pelas pessoas físicas e jurídicas registradas no Sistema Confea/Crea e o ANEXO DA DECISÃO PL-1513/2021, que estipula os valores das multas para o corrente ano: "MULTAS Os valores das multas relativas às alíneas do art. 73 da Lei nº 5.194, de 1966, e art. 3º da Lei nº 6.496, de 1977, para o exercício 2022, constam na tabela abaixo e foram mantidos os mesmos praticados em 2021." Considerando que cabe ressaltar o que versa a Res. 1008/04 do Confea, em seu art. 11 e parágrafo 2º, ou seja, "§ 2º Lavrado o auto de infração, a regularização da situação não exime o autuado das cominações legais". Considerando que é competência da Câmara Especializada decidir acerca de eventual redução de valores de multa, observados os critérios do Art. 43 da Res. 1008/2004, o qual estabelece que as multas serão aplicadas proporcionalmente à infração cometida, visando ao cumprimento da finalidade do interesse público a que se destina: "Art. 43. As multas serão aplicadas proporcionalmente à infração cometida, visando ao cumprimento da finalidade do interesse público a que se destina, observados os seguintes critérios: I - os antecedentes do autuado quanto à condição de primariedade, reincidência ou nova reincidência de autuação; II - a situação econômica do autuado; III - a gravidade da falta; IV - as consequências da infração, tendo em vista o dano ou o prejuízo decorrente; e V - regularização da falta cometida. § 1º A multa será aplicada em dobro no caso de reincidência. § 2º A multa aplicada no caso de nova reincidência será igual à aplicada para reincidência, sem prejuízo do que dispõe o art. 74 da Lei n.º 5.194, de 1966. § 3º é facultada a redução de multas pelas instâncias julgadoras do Crea e do Confea nos casos previstos neste artigo, respeitadas as faixas de valores estabelecidas em resolução específica. Art. 44. A multa não paga, após a decisão transitada em julgado, será inscrita na dívida ativa e cobrável judicialmente." Considerando eventuais justificativas da defesa, se houver, se a Câmara entender cabível, o presente auto de infração poderia ser extinto nos termos da Res. 1008/04, art. 52: "Art. 52. A extinção do processo ocorrerá: I - quando a câmara especializada concluir pela ausência de pressupostos de constituição e de desenvolvimento válido e regular do processo; II - quando o órgão julgador declarar a prescrição do ilícito que originou o processo; III - quando o órgão julgador concluir por exaurida a finalidade do processo ou o objeto da decisão se tornar impossível, inútil ou prejudicado por fato superveniente; ou IV - quando o órgão julgador proferir decisão definitiva, caracterizando trânsito em julgado." Considerando, ainda, o que versa a Res. 1008/04 do Confea, a seguir: "Art. 47. A nulidade dos atos processuais ocorrerá nos seguintes casos: I - impedimento ou suspeição reconhecida de membro da câmara especializada, do Plenário do Crea ou do Plenário do Confea, quando da instrução ou do julgamento do processo; II - ilegitimidade de parte; III - falhas na identificação do autuado, da obra, do serviço ou do empreendimento observadas no auto de infração; IV - falhas na descrição dos fatos observados no auto de infração, que devido à insuficiência de dados, impossibilita a delimitação do objeto da controvérsia e a plenitude da defesa; V - falta de correspondência entre o dispositivo legal infringido e os fatos descritos no auto de infração; VI - falta de fundamentação das decisões da câmara especializada, do Plenário do Crea e do Plenário do Confea que apliquem penalidades às pessoas físicas ou jurídicas; VII - falta de cumprimento de demais formalidades previstas em lei; ou VIII - ausência de notificação do autuado. Revogado pela Resolução 1.047, de 28 de maio de 2013." Considerando que o autuado tomou conhecimento do auto de infração lavrado em 17/02/2022, por infração à Legislação profissional do Sistema CONFEA/CREA, em 24/02/2022, via AR, sendo-lhe conferido o prazo de 10(dez) dias para manifestação (Res. 1008/04 do Confea, art. 11, II), contado em dias corridos (Lei 9784/99, art. 66, § 2º, que rege o processo administrativo em âmbito federal. Fonte: <https://tj-es.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/524602492/recurso-administrativo-238059020178080000>); Considerando a apresentação de Defesa escrita via Protocolo nº 2642108/2022 de 17/03/2022, intempestiva, visto que o prazo foi superior aos 10 (dez) dias previstos no art. 11, VIII, da Resolução 1008/2004, portanto, não deveria ser conhecida nem analisada, conforme a orientação da Procuradoria Jurídica na Manifestação 50/2019-AJUR, de 22/03/2019, que versa: "(...) as defesas e/ou recursos intempestivos não devem ser conhecidos, nem analisadas as razões apresentadas, porém é poder-dever da Administração efetuar a autotutela em anular atos ilegais ou revogar atos não mais oportunos ou convenientes." Considerando que a providência requerida foi "CONTRATAR PROFISSIONAL DE ENGENHARIA REGISTRADO E HABILITADO PARA RESPONSABILIZAR-SE PELO SERVIÇO CITADO ACIMA, BEM COMO EFETUAR O REGISTRO DA



Serviço Público Federal
Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Amazonas - CREA-AM

DECISÃO DO PLENÁRIO

ANOTAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA - ART. DE AUTORIA E EXECUÇÃO DA REFORMA DO IMÓVEL. CONSERVAR UMA CÓPIA DA ART NO LOCAL DO SERVIÇO EM CONSONÂNCIA AO ARTIGO 7 DA RESOLUÇÃO DO CONFEA 1.025/2009. ADEMAIS FIXAR PLACA DO SERVIÇO EM OBSERVÂNCIA AO ARTIGO 16 DA LEI FEDERAL N. 5194/1966" e assim não foi feito, sendo que a defesa apresenta formulário de ART em forma de rascunho cadastrada após a autuação (ART Fora de Época sob protocolo 2641600/2022 de 09/03/2022 que está aguardando resposta às solicitações do CREA-AM) e contesta a autuação sem notificação prévia. Considerando a defesa intempestiva, como não traz fatos novos capazes de alterar o auto de infração (ART registrada antes da autuação ou ao menos o cadastro da ART Fora de Época feito antes da autuação), "não deve ser conhecida, nem analisadas as razões apresentadas". Ainda assim, cabe ressaltar que a autuação sem notificação prévia está amparada na Res. 1047/13 do Confea, que "Altera a Resolução nº 1.008, de 09 de dezembro de 2004, que dispõe sobre os procedimentos para instauração, instrução e julgamento dos processos de infração e aplicação de penalidades", a qual revogou os artigos 7º e 8º e alterou o art. 9º da Res. 1008/04 do Confea, que "Dispõe sobre os procedimentos para instauração, instrução e julgamento dos processos de infração e aplicação de penalidades", extinguindo assim a notificação prévia, leia-se: "Art. 9º Compete ao agente fiscal a lavratura do auto de infração, indicando a capitulação da infração e da penalidade. (NR)" Nesse contexto, vale destacar que o relatório de fiscalização foi feito em 28/12/2021 (quase dois meses antes da lavratura do auto de infração), conforme se verifica nos autos, oportunizando ao autuado tempo suficiente para regularização do fato gerador, inclusive em tempo hábil, ou seja, durante a realização dos serviços, se considerado o "Atestado de Capacidade Técnica" da defesa que diz que a atividade de pintura ocorreu de 26/12/2021 a 31/12/2021 e a atividade de reforma tinha prazo de término previsto para 25/01/2022, conforme contrato 01-2021 de 23/12/2021, também nos autos. Ocorre que a iniciativa de cumprir a providência requerida só ocorreu em 09/03/2022, através do cadastro do protocolo 2641600/2022 de ART Fora de Época. Considerando que consta a seguinte anotação no auto de infração, embasada no ANEXO DA DECISÃO PL-1513/2021 (e decisões anteriores, se for o caso), "EMBASAMENTO LEGAL DA PENALIDADE: Multa. Lei Federal Nº 5194/66, artigo 73, alínea `e`. Multa de R\$ 7.039,00"; Considerando que da decisão da câmara especializada o(a) autuado(a) poderá apresentar recurso ao Plenário do CREA-AM; Considerando o Parecer Técnico da Assessoria Técnica que diante das considerações e verificação da documentação apensada ao processo do Auto de Infração nº 51936/2022, lavrado em desfavor da pessoa jurídica NOVEL SOLUCOES EM LIMPEZA (R DE OLIVEIRA SANTANA JUNIOR), cuja infração refere-se a "EXERCÍCIO ILEGAL DA PROFISSÃO - PESSOA JURÍDICA/ LEIGA", esta Assessoria OPINA pela MANUTENÇÃO do auto de infração em epígrafe, considerando a não regularização do fato gerador, cabendo à Câmara decidir acerca de eventual redução de valor de multa, considerando a iniciativa de regularização (ainda não concluída) ocorrida após a autuação. Considerando a DECISÃO da Reunião 9/2022 da CEEC, que diante das considerações e verificação da documentação apensada ao processo do Auto de Infração nº 51936/2022, lavrado em desfavor da pessoa jurídica NOVEL SOLUCOES EM LIMPEZA (R DE OLIVEIRA SANTANA JUNIOR), cuja infração refere-se a "EXERCÍCIO ILEGAL DA PROFISSÃO - PESSOA JURÍDICA/ LEIGA", este Conselheiro VOTA pela MANUTENÇÃO do auto de infração em epígrafe, considerando a não regularização do fato gerador, cabendo à Câmara decidir acerca de eventual redução de valor de multa, considerando a iniciativa de regularização (ainda não concluída) ocorrida após a autuação. considerando finalmente o parecer exarado pelo Conselheiro relator deste Plenário, **DECIDIU** por unanimidade, pela MANUTENÇÃO do Auto de Infração nº 51936/2022, lavrado em desfavor da pessoa jurídica NOVEL SOLUCOES EM LIMPEZA (R DE OLIVEIRA SANTANA JUNIOR), cuja infração refere-se a "EXERCÍCIO ILEGAL DA PROFISSÃO - PESSOA JURÍDICA/ LEIGA", com o pagamento da penalidade aplicada (multa), corrigida na forma da Lei, considerando a não regularização do fato gerador. Decisão proferida na 556ª Sessão Ordinária de Plenário do Crea-AM. Presidiu a reunião o senhor **Afonso Luiz Costa Lins Junior**. Votaram favoravelmente os senhores Conselheiros: Amarildo Almeida De Lima, Anderson De Medeiros (suplente), Audinei Lima Leite, Claudedir Malveira De Souza, Claudionildo Teles Batalha (suplente), Dinilson Bandeira Robert, Douglas Alberto Rocha De Castro, Eirie Gentil Vinhote, Gabriel Monte Paiva (suplente), Jackson Pantoja Lima, Janeth Fernandes Da Silva, Jose Augusto Bezerra De Abreu, Luis Antonio De Araujo Pinto, Luiz Claudio Ribeiro Da Rocha, Marcelo De Almeida Conceição, Raimundo Humberto Cavalcante Lima, Samir Oliveira Salles, Silfran Rogerio Marialva Alves, Valcemir Freitas De Souza (suplente), Wagner Ornellas Da Silva Corrêa Lopes. Não houve voto contrário. Não houve abstenção.

Cientifique-se e cumpra-se.

Manaus, 25 de julho de 2022.

AFONSO LUIZ COSTA LINS JUNIOR
Presidente do Plenário